

PROGRAMA ABC AINDA NÃO DECOLOU

Em 2010, o governo brasileiro criou uma linha de crédito que seria uma das soluções para o produtor rural desenvolver a sua atividade com menos impacto ambiental, o Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC). Esse programa foi criado para conduzir o Brasil a um modelo de produção mais sustentável, visando a meta de redução de 134 milhões a 163 milhões de toneladas de gás carbônico (CO²) equivalente até 2020.

Passados sete anos, o programa ainda não decolou, não atingindo a tomada integral dos volumes de recursos disponibilizados nas suas linhas de crédito. O melhor índice ocorreu na safra 2012/13, quando 90% do volume de crédito disponível foi tomado. Desde seu lançamento no Plano-Safra 2010/11 até junho de 2016 foram contratados R\$ 13,8 bilhões dos 20,5 bilhões, 67,3% dos recursos disponibilizados pelo Programa ABC.

Então, pergunta-se, quais são os principais gargalos que estão impedindo uma maior adesão ao programa, posto que o Brasil possui grande área degradada a ser revertida em área produtiva com o uso de tecnologias de baixo carbono? O Observatório ABC, do Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas (GV Agro) tem analisado esta questão.

O primeiro passo foi mensurar a área de pastagem degradada com lotação animal inferior a 0,7 unidade animal por hectare. Com base nesse limite os estudos da Embrapa e do Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento (Lapig), da Universidade Federal de Goiás (UFG), constataram que o total de área a ser priorizada para a agricultura de baixo carbono seria de aproximadamente 52 milhões de hectares de pastagens degradadas. E são justamente para essas áreas cujos produtores menos demandam esse tipo de crédito.

Vários fatores contribuem para essa realidade. Podem ser citados: a) falta de assistência técnica; b) oferta e preço de insumos – calcário, fertilizantes, sementes de forrageiras; c) logística para o escoamento da produção; d) gestão para participar de sistemas de produção mais complexos como a integração lavoura-pecuária-floresta (iLPF); e) a cultura ainda dominante do conhecimento empírico; e) a burocracia para tomada dos recursos na linha de crédito ABC o torna bastante moroso; f) a falta de um acompanhamento por parte dos estados em relação a implantação e andamento do programa, de modo a incorporar critérios econômicos, principal fator a influenciar o processo decisório do produtor.

É importante ter em mente que essa constatação torna o conceito de áreas prioritárias essencialmente dinâmico. À medida que as regiões se desenvolvem, elas podem passar a receber passar a receber novos investimentos, por exemplo, a melhoria da logística nas regiões de fronteira. Outro aspecto que pode ampliar a tomada de crédito do programa diz respeito a um problema por demais debatido, mas não priorizado para a agricultura brasileira, trata-se do seguro rural, para amparar o produtor dos riscos climático e de sanidade dos cultivos. Também, a elevação da taxa de juros nas duas últimas safras. Aqui é bom frisar-se que as áreas com pastagens degradadas, em sua maioria encontram-se nas regiões Norte e Centro-Oeste, que tiveram vultosos subsídios no crédito rural, nos anos de 1970, como política de ocupação e de desenvolvimento para essas regiões.